



Câmara dos Deputados

Ofício I. 003/2010 – Gab. LAC – LA

*República - se, na for-*  
*ma da lei*  
*19.02.10*  
*Sen. Sarney*

Brasília – DF, 18 de fevereiro de 2010

Ao  
Exmo. Sr.  
Senador José Sarney  
Presidente do Congresso Nacional  
Senado Federal


**Assunto: solicita republicação de Emendas de Nº 18 e 19 à MP 478.**

Excelentíssimo Senhor:

Solicito a gentileza de Vossa Excelência, no sentido de republicar as Emendas de Nº 18 e 19, à MP 478, que, por motivo de equívoco, quando da digitação das mesmas, no texto aparece e refere-se a MP 472 ao invés de MP 478. Assim sendo, gentileza fazer a devida correção no texto para MP 478.

Agradeço e reitero considerações.

Atenciosamente,

  
Luiz Albuquerque Couto

Deputado Federal PT/PB





CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMEN

MPV 478

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Sei  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 18/2/2010 às 15h40  
Fátima / Matr.: 28396

DATA: 08 de fevereiro de 2010	MEDIDA PROVISÓRIA Medida Provisória nº 478/2009, de 29 de dezembro de 2009	PÁGINA
----------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------	--------

AUTOR:

( ) Supressiva ( ) Substitutiva ( x ) Modificativa ( ) Aditiva ( ) Substitutivo Global

TEXTO

Altere-se, no Projeto de Lei de Conversão (PLV), o inciso I do § 2º do art. 18 da Lei 9.430/1997, de forma a que o atual art. 9º da Medida Provisória 478/2009 passe a ter a seguinte redação:

Art. 9º .....

"Art. 18. ....

§ 2º .....

I - estar embasado por operações de compra e venda praticadas, exclusivamente, por compradores e vendedores não vinculados entre si;

.....



CÓDIGO 11	NOME DO PARLAMENTAR LUIZ COELHO	PARTIDO PB
	ASSINATURA [Assinatura]	

### JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira impõe alguns métodos para cálculo do preço de transferência e cria regras rígidas para sua aplicação. Tais regras foram agravadas pela medida provisória 478/2009, especialmente pelas alterações implementadas ao uso dos métodos aplicáveis para cálculo na importação.

Neste sentido, sugerimos a modificação do inciso I incluído no §2º do art. 18 da Lei no 9.430/1996 no intuito de aprimorar o texto de forma a evitar possíveis interpretações divergentes da norma legal.



5